

Maria Manuela Gomes Jacinto

POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO DE PROFESSORES EM AÇÃO

NORMATIVIDADE

E AUTONOMIA

NAS PRÁTICAS DE

AVALIADORES

E PROFESSORES

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO DE PROFESSORES EM AÇÃO - NORMATIVIDADE E AUTONOMIA NAS PRÁTICAS DE AVALIADORES E PROFESSORES

AUTOR

Maria Manuela Gomes Jacinto

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Printhaus

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Eusébio André Machado

DEPÓSITO LEGAL

403333/16

EDITOR

Paulo Cardo

ISBN

978-989-8557-64-3

CAPA E DESIGN

Carlos Gonçalves

DATA

1ª Edição, Santo Tirso, janeiro de 2016



© EDIÇÃO

DE FACTO EDITORES

Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 34 – 3º Dto
4780-448 Santo Tirso – Portugal
geral@defactoeditores.pt
www.defactoeditores.pt



Reservados todos os direitos.
Esta edição não pode ser reproduzida nem transmitida, no todo ou em parte, sem prévia autorização da editora.

ÍNDICE

Prefácio	7
Introdução	13

CAPÍTULO I

Esferas de influência na avaliação docente

Modelo conceptual de análise	22
Dimensões conceptuais de análise	22
Dimensão político-organizacional-avaliativa	25
Problema: questões orientadoras	27
Metodologia	29
Modelo de recolha de dados	31
Participantes	32
Processos metodológicos e recolha de dados	33
Análise dos dados	34

CAPÍTULO II

Transformação em ação da política de avaliação docente

Herança avaliativa	37
Problemas iniciais emergentes	38

Mudanças de pensamento e ação discursiva	42
Finalidades da avaliação	47
Resistência à aceitação da avaliação	51
Mudança não desejada	52
Conformidade face à avaliação	59
Desafios/problemas no planeamento da avaliação	63
Tensões na nomeação de avaliadores	63
Dinâmicas no processo de construção dos instrumentos de avaliação	67
Operacionalização do modelo de avaliação	77
Contornos da regulação normativa-avaliativa	77
Normatividade interna	85

CAPÍTULO III

Problematização e conformidade normativa nas políticas de avaliação em ação

Formas locais de apropriação da política de avaliação docente	100
Contestação às políticas centrais de avaliação	102
Contextos organizacionais-avaliativos anteriores à implementação DR n.º2/2010	105
Políticas (in)formais de avaliação em ação	107

CAPÍTULO IV

Considerações finais

Contextos e lógicas crítico-interpretativas na avaliação docente	116
Contextos e lógicas de controlo e normatividade	124
Contextos e lógicas de colegialidade	127
Reflexões acerca da política de avaliação	129

Contributos e limitações do estudo	134
Recomendações	136

APÊNDICE A

Resultados	141
------------------	-----

REFERÊNCIAS

Referências	147
-------------------	-----

PREFÁCIO

É indiscutível a relevância educativa do trabalho dos professores, pela diferença que fazem nas aprendizagens e sucesso dos alunos e por constituírem um pilar central no êxito ou fracasso das reformas educacionais. Talvez por isso, nunca como hoje, o trabalho dos profissionais da educação esteve sob tão agudo escrutínio das instâncias do Estado e da sociedade em geral. Inscrevem-se neste contexto as mais recentes políticas de avaliação em Portugal. A qualidade da formação dos professores, o recrutamento e retenção na profissão e os modelos de avaliação do desempenho têm originado perspectivas nem sempre consensuais. Com efeito, a mais acesa controvérsia emergiu quando as recentes políticas de avaliação docente pareciam pôr em causa as bases de legitimação profissional e afetar o trajeto da carreira profissional dos professores. De acordo com textos legais recentes, pretende-se garantir a “melhoria da qualidade da escola pública, do serviço educativo e a valorização da profissão docente, através da imposição de critérios de exigência”. E, ainda, “identificar, promover e premiar o mérito”.

Poder-se-á dizer que estas políticas representam, por um lado, a afirmação hegemónica do “Estado avaliador”. Por outro lado, espelham a reconfiguração dos modos de governação da educação e a procura da legitimação do poder político através de um discurso democratizador, de alargamento da participação, da descentralização e reforço da autonomia das escolas. Contudo, perante decisões, cada vez mais complexas, já não basta a participação de múltiplos parceiros sociais. Recorre-se aos

produtores do conhecimento científico para as legitimar. Com efeito, na atual sociedade de conhecimento, o discurso de modernização das políticas públicas contemporâneas sintoniza-se com a racionalização das decisões através das vias da tecnicidade e cientificação. Uma governabilidade pública eficaz terá de assentar em bases científicas. Com este propósito, abundam os estudos especializados, as comissões de acompanhamento, os grupos de trabalho e de consultoria, os relatórios de investigação e os pareceres técnicos (por vezes, de sinal oposto e com implicações políticas divergentes) suscetíveis de fundamentar as decisões emanadas do centro regulador. É por isso que os especialistas exercem hoje um papel influente, instrumental e de mediação, enquanto parceiros ao serviço das políticas públicas. Em conjugação com outras, estas “tecnologias de governação” produzem efeitos estratégicos, tanto de ordem instrumental como de natureza simbólica. Espera-se mesmo que a tecnicidade das decisões previna as críticas dos setores interessados e que, desse modo, se reforce o poder do centro.

À luz do pensamento de Foucault, estas novas tecnologias da governação instituem-se como ‘regimes de verdade’. No caso particular da avaliação docente, propaga-se um novo “regime de verdade” que influencia a governação desta profissão e gera novas formas de relação entre governantes e governados. Hegemoniza-se a produtividade, estandardizada em resultados objetiváveis e quantificáveis. É intenso e imperativo o apelo aos professores para se subordinarem às exigências da ‘performatividade’ e às expectativas inerentes ao processo de responsabilização individual. Assim se constroem “verdades” que redefinem os lugares de estabilidade na escola, que instituem novas hierarquias profissionais e que escalonam a entrada e progressão na carreira docente.

Construídos pelo ‘Estado avaliador’, estes ‘regimes de verdade’ constroem ou deturpam o sentido de agência profissional. A investigação nesta área sugere múltiplos efeitos negativos da avaliação docente quando dominada pelos ditames da meritocracia, da eficácia e eficiência. Porque

descontextualiza o que é holístico e inseparável e multiplica os níveis de regulação e dominação profissional. Delimita as margens de possibilidade do fazer e do conhecer no interior da praxis profissional e das comunidades de prática. Inibe a expressão da criatividade e inovação no ensino. Favorece uma visão linearizada e técnica da complexidade pedagógica, reduzida a listas de competências. E porque descontextualiza o desenvolvimento das identidades e da autonomia dos atores sociais.

Travestida de valorização profissional, a ideologia da meritocracia – expressa com clareza no decreto-regulamentar de 2010 – reconfigura a natureza e a imagem do que é ser professor. Ela possui um poder transformador dos próprios quotidianos institucionais. Afeta o viver docente e as culturas de ensino. Como refere S. Ball, o trabalho dos professores mescla-se com os “terrores da performatividade”. Transforma-se a “alma dos professores”. Transmuta-se a sua imagem em novas “subjektividades profissionais” através da assimilação dos conceitos da melhoria da “qualidade” e da “excelência”. Como se observa em Portugal, a “explosão” avaliativa tem reposto relações hierárquicas e dificultado a comunicabilidade colegial. Em consequência, desencoraja a partilha entre professores, gera perversidades de competição, potencia individualismos que deterioram o clima de responsabilidade partilhada. Desloca-se a confiança entre profissionais – tão essencial à construção do sentido de agência profissional – para peritos internos ou externos à escola. Em consequência, surgem novas elites na escola. Pululam as formas externas de legitimação, não apenas, das práticas individuais, mas também, dos hábitos organizacionais e institucionais.

O livro que agora se publica, pelo seu carácter inovador e rigor da investigação, constitui contributo valioso para a comunidade científica, educadores e para todos os que se interessam e preocupam com o sentido e evolução das políticas públicas da educação. Este trabalho mostra bem que, da produção à construção local das políticas públicas, se experencia um longo e complexo percurso que é social e político. Assentando em

muitos dos pressupostos anteriores, o foco analítico incide sobre a complexidade sistêmica de apropriação local das políticas de avaliação do desempenho docente. A autora procurou captar e interpretar os modos diferenciais de descodificação dessas políticas; como passaram de ‘texto’ a ‘discurso’, de intenção a ação; e como variavam as lógicas locais em relação a elas: de conformação, de aceitação crítica, de resistência ou de reconstrução.

Neste livro perpassa o viver organizacional de uma escola, as perspectivas, as decisões, os imperativos impressos na normatividade oficial, o confronto com hábitos institucionais de autonomia dos professores e das próprias escolas. E, ainda, as dissensões internas entre hierarquias profissionais, as oposições a essas formas de regulação que muitos professores interpretam, não tanto, como modernização dirigida para a qualidade do ensino ou como vias indispensáveis ao sucesso dos alunos mas, sobretudo, como intensificação do controle profissional. Importava compreender as políticas de avaliação do desempenho docente enquanto campo de forças – opostas ou convergentes; facilitadoras ou inibidoras – perante efeitos nem sempre desejados pelos atores escolares. Algumas interações profissionais e organizacionais enraizavam-se no entendimento que os atores tinham dos contextos, da situação concreta e da natureza dos problemas. Mas sobretudo, das consequências que as decisões poderiam implicar. Ganharam relevo intensificado componentes de ordem fenomenológica: as intencionalidades, significações e interpretações subjetivas, os interesses e expectativas e os saberes dos atores. Conflituaram formas de regulação interna no “jogo organizacional”, já que as novas “regras” enfrentaram resistência conservadora em defesa da tradição, das regras da “casa”, da herança cultural dominante da escola e dos professores.

O leitor encontra neste trabalho matéria para reflexão crítica e para formulação de novas questões a investigar. Questões que interroguem as políticas de responsabilização crescente dos atores. Questões que não ignorem os efeitos da transformação do papel do “Estado educador” em

“Estado avaliador”, mais refinado mas igualmente abrangente; que adota um distanciamento estratégico que não abdica de controlo, remoto apenas na aparência. E que, embora devolva aos atores algum poder, ele está confinado ao campo da aplicação, esse lugar onde nascem os aspetos mais intrincados de resolver. Importará realizar estudos comparativos entre escolas e culturas de ensino, em contextos diferenciados. E aprofundar os efeitos das políticas de avaliação docente na melhoria dos resultados dos alunos, mas também na valorização da profissão docente e seu desenvolvimento profissional autónomico. Outras questões não poderão ignorar os efeitos das políticas de avaliação dos professores porque estes se encontram entre múltiplas forças de pressão e controlo; e porque, às vias externas que sempre os governaram, se acrescentam hoje outras, de natureza interna determinadas pela recomposição da governação das escolas.

Este trabalho sugere ainda que à fundamentação técnica das políticas de avaliação docente não correspondeu a despolitização da atitude dos professores. Pelo contrário, esta obra dá relevo ao sentido de “agência dos insubordinados”, um fenómeno que, segundo Peter Bagguley, emerge em situações críticas de mudança. Neste sentido, há que compreender a intercomplexidade dos processos de recontextualização. Poderá então concluir-se, com outros autores, que as políticas não são apenas “lugares de resolução de problemas”. O seu êxito ou falência estão profundamente associados aos modos subjetivos de representação das políticas, isto é, da natureza dos contextos, dos problemas e das soluções possíveis que elas comportam para os atores sociais num dado momento institucional e histórico.

Maria de Fátima Chorão Sanches
Lisboa, Novembro 2015

